

Seguridade

Social e Tributação

Ano XXIX | Nº145 | Brasília | Junho de 2022



XVII ENCONTRO NACIONAL

Parlamentares, autoridades e artistas participam do evento em Florianópolis

O PESADELO DA INFLAÇÃO VOLTOU

Brasileiros enfrentam desafios do elevado custo de vida

MENOS PARTIDOS NO CONGRESSO

Após janela partidária, representação política é alterada

INSEGURANÇA ALIMENTAR

Metade da população sofre de desnutrição





■ Reforma Tributária ■

Diálogos com os Presidenciáveis

2 0 2 2

Série de eventos para apresentação do projeto "A Reforma Tributária necessária para o desenvolvimento do Brasil", com os principais candidatos à Presidência da República, nas eleições de 2022, e as respectivas assessorias econômicas.

Tributação justa combate desigualdade e fortalece o Estado

É preciso pensar o Brasil sob a lógica da justiça fiscal e do desenvolvimento nacional. Uma grande nação deve ter como princípios básicos a redução da desigualdade de renda da população, diminuindo o enorme abismo entre ricos e pobres, promovendo medidas anticíclicas, investindo em políticas públicas, cuidando das pessoas para que as mesmas movimentem a economia do país. Reduzir a desigualdade é um imperativo civilizatório!

Neste sentido, uma solução séria e eficaz para superar o momento que o Brasil atravessa, marcado pela maior crise sanitária da história, estagnação econômica, redução do poder de compra da população, aumento da extrema pobreza e, ao mesmo tempo, da concentração de renda, é promover alterações na estrutura tributária.

A ANFIP, desde 2017, tem se aprofundado no estudo e produção de

trabalhos sobre a matéria e proposto várias mudanças para o debate com o governo, os políticos e a sociedade em geral. Dentre as recomendações, a redução da tributação sobre o consumo e elevação dos impostos sobre renda, patrimônio e transações financeiras são destaques.

O momento atual, quando mais de 20 milhões de brasileiros vivem em severa insegurança alimentar, é mais do que a hora de o país reformar seu sistema tributário, a fim de torná-lo progressivo, aumentando a capacidade financeira do Estado, com vista a torná-lo mais justo para todos os cidadãos.

Em 2022, ano em que vão acontecer as eleições gerais, é preciso que os próximos governantes e parlamentares estejam comprometidos com a tarefa de implantar um novo modelo tributário no Brasil, que combata a desigualdade social e estimule o crescimento econômico do país.

Publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Marluce do Socorro da Silva Soares

EDIÇÃO E REPORTAGEM:

Ludmila Machado e Daiana Lima

FOTOS:

Arquivo ANFIP, Fotos Públicas e Shutterstock

CONSELHO EDITORIAL:

Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Marluce do Socorro da Silva Soares
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Ana Lúcia Guimarães Silva
Gilberto Pereira

REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:
ANFIP

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

Gilmar Vitalino

CONSELHO EXECUTIVO

Vilson Antonio Romero (RS)

Presidente

Eucélia Maria Agrizzi Mergár (ES)

Vice-Presidente Executiva

Crésio Pereira de Freitas (GO)

Vice-Presidente de Assuntos Fiscais

José Arinaldo Gonçalves Ferreira (RJ)

Vice-Presidente de Política de Classe e Política Salarial

Ana Lúcia Guimarães Silva (MG)

Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social

Tereza Liduina Santiago Félix (CE)

Vice-Presidente de Aposentadorias e Pensões

Albenize Gatto Cerqueira (PA)

Vice-Presidente de Cultura Profissional e Relações

Interassociativas

Ariovaldo Cirelo (SP)

Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Maria Beatriz Fernandes Branco (SP)

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Gilberto Pereira (DF)

Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Márcio Humberto Gheller (PR)

Vice-Presidente de Administração, Patrimônio, Cadastro e

Tecnologia da Informação

Antônio Carlos Silveira (SC)

Vice-Presidente de Planejamento e Controle Orçamentário

Jorge Cezar Costa (SE)

Vice-Presidente de Finanças

Marluce do Socorro da Silva Soares (PA)

Vice-Presidente de Comunicação Social

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (RN)

Vice-Presidente de Relações Públicas

José Avelino da Silva Neto (PB)

Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

CONSELHO FISCAL

Ercília Leitão Bernardo (CE)

Sandra Tereza Paiva Miranda (SP)

Luís Carlos Correa Braga (RS)

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Mesa Coordenadora

Carlos José de Castro - Coordenador

Presidente da ANFIP-GO

Genésio Denardi - Vice-coordenador

Presidente da ANFIP-SP

Maria dos Remédios Bandeira - Secretária

Presidente da ANFIP-PB

Isabel Nascimento Elias Pereira - Secretária Adjunta

Presidente da ANFIP-MS

Conselheiros

AC - Heliomar Lunz - Representante Acre

AL - Francisco de Carvalho Melo - Presidente ANFIP-AL

AM - Miguel Arcanjo Simas Nôvo - Presidente ANFIP-AM

AP - Emir Cavalcanti Furtado - Representante Amapá

BA - Roswílzio José Moreira Góes - Presidente ANFIP-BA

CE - Gilson Fernando Ferreira de Menezes - Presidente ANFIP-CE

DF - Lea Pereira de Mattos - Presidente ANFIP-DF

ES - José Geraldo de Oliveira Ferraz - Presidente ANFIP-ES

MA - Mairla Silva Gomes de Oliveira - Presidente ANFIP-MA

MG - Afonso Ligório de Faria - Presidente ANFIP-MG

MT - Benedito Cerqueira Seba - Representante Mato Grosso

PA - Maria Oneyde Santos - Presidente ANFIP-PA

PE - Luiz Mendes Bezerra - Presidente ANFIP-PE

PI - Lourival de Melo Lobo - Presidente ANFIP-PI

PR - Josemar Jorge Cecatto Santos - Presidente ANFIP-PR

RJ - Adilson da Silva Bastos - Presidente ANFIP-RJ

RN - Jonilson Carvalho de Oliveira - Presidente ANFIP-RN

RO - Francisco Raia - Representante Rondônia

RR - Andre Luiz Spagnuolo Andrade - Representante Roraima

RS - Luiz Carlos Santos da Silva - Presidente AGAFISP

SC - Floriano José Martins - Presidente ANFIP-SC

SE - Jorge Lourenço Barros - Presidente ANFIP-SE

TO - José Carlos Rêgo Moraes - Representante Tocantins

AO LEITOR

Especialmente nesta edição, confira a cobertura completa do XVII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, promovido pela ANFIP, em parceria com a ANFIP-SC, que reuniu centenas de participantes de todas as regiões do Brasil, em Florianópolis (SC), e contou com palestras de autoridades, parlamentares e artistas de renome nacional.

Outro assunto abordado é a difícil realidade na economia brasileira, impactada pela alta da inflação, baixo crescimento econômico, afetada pela pandemia e, agora, pela guerra na Ucrânia. Saiba quais os principais indicadores econômicos que pesam no consumo e no bolso da população.

Veja também como fica a nova correlação de forças das bancadas do Congresso Nacional, após o período de janela partidária, que permitiu que parlamentares mudassem de legenda, sem perder o mandato. O PL, partido do atual presidente da República, foi o que mais se beneficiou com o troca troca, tornando-se, agora, a maior bancada da Câmara dos Deputados. Especialistas avaliam o impacto das mudanças.

Na agenda política, outro destaque é a atuação conjunta das carreiras do funcionalismo, que, organizadas em diversas frentes de servidores públicos, vai além da defesa corporativa, a fim de conquistar direitos e benefícios para toda a sociedade. Aqui você vai conhecer os coletivos consolidados e o trabalho de cada um.

A Revista traz ainda importantes informações sobre o panorama da insegurança alimentar que atinge milhões de brasileiros. Os dados, infelizmente, não são nada animadores, pois revelam que grande parte da sociedade não tem acesso pleno e permanente a alimentos.

Leia todos os detalhes nesta edição da Revista Seguridade Social e Tributação.

Boa leitura!

Esta edição: 1.000 exemplares

Distribuição: gratuita

A assinatura da revista Seguridade Social e Tributação é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email cadastro@anfip.org.br

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.



**Acesso rápido ao
nosso conteúdo!**



1

Abra a câmera
do seu celular;

2

Aponte para o código
QR na página da revista;

3

Clique na aba que vai
abrir na tela para ler
a versão digital da revista.



ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil

SUMÁRIO



7

Mais de 500 pessoas confraternizam no XVII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Evento ocorreu em Florianópolis (SC) e contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, e do secretário Especial da RFB, Julio Cesar Vieira Gomes

25



Inflação pesa no bolso dos brasileiros

Alta do custo de vida altera prioridades de consumo e impacta qualidade de vida da população, principalmente a mais pobre. Dificuldades na economia e no mercado de trabalho devem continuar

30



Troca troca partidário e correlação de forças no Congresso Nacional

Nos 30 dias que durou a janela partidária, mais de 100 deputados federais trocaram de partido. Nova composição das bancadas favoreceu o chamado "Centrão"

34



Atuação de servidores: além de defesas corporativas

União de carreiras em várias frentes coletivas reforçam importância da atuação conjunta para a conquista de resultados positivos para toda sociedade

37



O sabor amargo da fome

Crises social e econômica trazem à tona uma realidade dura para milhões de brasileiros: a falta de comida no prato

40



Receita Federal registra recorde de arrecadação em março de 2022

Arrecadação total das receitas federais atingiu o valor de R\$ 164 bilhões, registrando acréscimo real (IPCA) de 6,92%

43



Artigo: A Reforma Tributária

Depois de duas tentativas de votação na Comissão de Constituição e Justiça terem sido em vão, a reforma, agora, dorme em berço esplêndido



Evento marca reencontro de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

O XVII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, realizado pela Entidade a cada dois anos, reuniu, em Florianópolis (SC), de 5 a 7 de maio, associados e convidados em um clima de muito acolhimento. O evento marcou a retomada dos encontros presenciais da ANFIP e trouxe na programação importantes debates para a carreira.



O presidente da ANFIP, **Vilson Antonio Romero**, na abertura do evento, falou dos desafios e dos momentos preocupantes vividos pela Nação diante da agenda que busca 'satanizar' os servidores públicos e penalizar os integrantes ativos, aposentados e pensionistas da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil.

"Estamos enfrentando um primeiro ano de mandato muito difícil, com uma radicalização dos discursos e posições político-partidárias e eleitorais, com foco nas urnas de outubro de 2022", lamentou. Ainda que este seja o cenário, Romero reafirmou que a ANFIP manterá "uma postura suprapartidária, sem descuidar da defesa de medidas que busquem a justiça fiscal, a qualidade no serviço público, a consolidação do Estado Democrático e de Direito, e que combatam o desemprego, a insegurança alimentar e a desigualdade social que aflige parcela muito expressiva da população".

Quanto à atuação interna, Romero frisou que a ANFIP buscará a construção de iniciativas que integrem e aproximem mais a Entidade de sua base associativa. "Com nossos conselheiros, seguiremos atuando e sendo protagonistas em todos os colegiados aonde nossa categoria tem pautas de interesse", garantiu, destacando o trabalho junto às autoridades dos três Poderes em defesa de melhores

condições de trabalho, da recuperação do poder aquisitivo, da paridade entre ativos e aposentados, e do sucesso e eficácia na resolução das demandas judiciais dos Auditores Fiscais.

Romero destacou ainda o uso intensivo das redes sociais e dos meios digitais pela ANFIP, que, segundo ele, vieram para ficar, permitindo à Entidade continuar mais próxima de suas bases. "Aos nossos associados e à sociedade em geral, tenham a convicção e a certeza de que nossa equipe segue pronta e alerta para fortalecer a luta que é de todos nós, em nome de um futuro melhor para nossos filhos e netos", concluiu.

O presidente da ANFIP-SC, **Floriano José Martins**, agradeceu aos conselhos da ANFIP, destacou as belezas de Florianópolis, ressaltou a importância da carreira e lembrou o processo de organização do Encontro Nacional, adiado anteriormente em razão da pandemia. O dirigente fez reflexões importantes sobre os valores preponderantes no período pandêmico, que ajudaram a transpor as adversidades enfrentadas pelos seres humanos, como flexibilidade, adaptação, união, coragem, memória, felicidade, resiliência, gratidão e esperança.

Paulo Eli, secretário de Fazenda de Santa Catarina, representando o governador Carlos Moisés, falou sobre os números da pandemia no



estado e no poder de recuperação dos catarinenses. “Defendemos uma sociedade organizada, estabilidade política, jurídica, econômica, social, previsibilidade, planejamento e justiça fiscal”, ressaltou. Para o secretário, o momento vivido é crítico, com a volta da inflação, instabilidade econômica e política, volatilidade da taxa de juros e desvalorização da moeda nacional. Apesar do cenário de crise, a Receita estadual trabalha, segundo explicou, com planejamento. Com isso, a legislação tributária foi aprimorada, permitindo manter os níveis de arrecadação e o desenvolvimento do estado, com infraestrutura e concursos públicos.

O prefeito de Florianópolis, **Topázio Neto**, ressaltou as belezas naturais e a cultura local, com destaque para a receptividade dos catarinenses. “Parabéns pelo evento. Aproveitem a cidade, o centro histórico, a Praça XV, a Catedral, o mercado público e a safra da tainha”, sugeriu Neto. “Aproveitem muito, Florianópolis recebe vocês de braços abertos.”

Antonio Carlos Fernandes Jr., presidente da Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado (Conacate), destacou o trabalho da entidade nacional para manter o Estado forte. “A política quer destruir não só o Fisco, mas toda a estrutura de Estado”, criticou. Uma das lutas da Conacate é para que os trabalhadores se aposentem e para que os direitos sejam respeitados. A

responsabilidade das entidades, especialmente da ANFIP, é fazer com que o Legislativo recupere suas virtudes. “Os Auditores têm essa responsabilidade”, reforçou.

Edison Haubert, presidente do Instituto Mosap, falou da insistência da entidade na defesa da dignidade de todo servidor público aposentado e pensionista, por meio de uma luta corajosa. “A nossa dignidade depende da nossa luta e a nossa luta vai ter que decidir os tecidos da nação que queremos fazer parte, através do voto. Conclamo todos os aposentados e pensionistas, todos os idosos, a comparecerem às urnas e fazerem esse gesto de cidadania pelo bem da sociedade brasileira e do Brasil”, declarou.

José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor, também discorreu sobre a obrigação dos servidores públicos em fazer o “Brasil que nós precisamos”. “A Pública se coloca como movimento em defesa da sociedade e eu vejo isso na ANFIP, que está se pondo à frente nessa discussão”, falou, destacando a importância de se trabalhar no Legislativo para mudar o Brasil.

Carlos José de Castro, coordenador da Mesa do Conselho de Representantes, saudou o reencontro entre amigos, esperado há dois anos. “Depois que vencemos as intempéries dos últimos anos, estamos aqui revivendo esses momentos”,



citou, sobre os valores que tornaram a ANFIP reconhecida. “Não foi só a máquina, não foi só a técnica que compôs a ANFIP. A Entidade foi criada pela força do coração de cada um dos Auditores presentes há 72 anos. Ela pulsa no coração de cada um. Quando nos abraçamos, sentimos esse pulsar, essa vibração que se chama amizade, carinho e esperança. Estamos aqui num momento mágico. Fazemos então deste momento uma celebração à vida e um hino ao amor e à amizade, que é o combustível que faz com que a ANFIP continue lutando por um serviço público eficiente para quem dele necessita”, frisou.

Ercília Leitão Bernardo, coordenadora do Conselho Fiscal, cumprimentou os integrantes da mesa e elogiou, com carinho, o acolhimento dos catarinenses. A conselheira também parabenizou todos que passaram pela ANFIP, especialmente os presidentes. “72 anos é uma marca. A marca ANFIP que tanto nos orgulha. Parabéns a Comissão Organizadora deste evento e que todos aproveitem os dias na cidade”, destacou.

Margarida Lopes de Araújo, presidente da Fundação ANFIP, agradeceu publicamente aos organizadores do Encontro Nacional, especialmente ao presidente da ANFIP-SC, Floriano José Martins. “Agradeço a Deus, que nos permitiu esse reencontro e essa amizade que temos por todo o Brasil. A ANFIP tornou isso possível, pois há 72 anos vem trabalhando para que os Auditores tenham uma carreira expressiva e segura”, disse. A presidente também reforçou ao secretário da Receita Federal, presente na cerimônia, a necessidade de realização de concursos públicos e do fortalecimento da carreira com a vinda de novos Auditores. Margarida Lopes falou ainda do trabalho da Fundação ANFIP em manter o lançamento de publicações que sirvam de apoio para todos os parlamentares que queiram conhecer a Previdência Social. “Esse é o nosso DNA. Nossa preocupação com a Previdência reflete a preocupação com o povo brasileiro. É na aposentadoria que o cidadão brasileiro encontra a sua dignidade. É disso que precisamos, uma sociedade mais justa e igualitária”, enfatizou.

PALESTRAS

Debate sobre conjuntura política reforça papel da democracia e da tolerância

O painel “Conjuntura política brasileira”, realizado no dia 6 de maio, no XVII Encontro Nacional, reuniu o senador Esperidião Amin (PP), o deputado federal Darci de Matos (PSD) e o ex-deputado federal Décio Lima (PT). Os parlamentares destacaram a importância da defesa da democracia e alertaram para a necessidade de a tolerância ser exercida de forma mais ativa neste ano eleitoral.

Décio Lima fez uma reflexão sobre os acontecimentos políticos em curso e destacou que os debates em que se faz presente são sempre muito respeitosos. “O grande valor construído pela nossa geração nas adversidades é a democracia. Esse compromisso sempre tive no alcance daquilo que represento na política”, reforçou. Para Lima, a atual conjuntura é extremamente complexa. Apesar disso, acredita que ela traz para todos os brasileiros a possibilidade concreta de se garantir um marco regulatório na construção do país. “É visível que o Brasil está polarizado. Mas não é uma polarização apenas de uma disputa qualquer. É uma polarização





de valores, que nos tocam no dia a dia, entre o autoritarismo e a democracia, entre o ódio e o amor, entre termos um Estado efetivamente de todos os brasileiros ou um país que já está frequentando os abismos sociais da exclusão, da miséria e da fome”, discorreu. Para Lima, este momento é de reflexão, já que os próximos cinco meses serão de singular importância para o futuro do país e para a própria democracia, que é a “grande obra construída pela nossa geração”.

Para o presidente do Diretório Estadual do PT-SC, um tema relevante neste momento é a Reforma Tributária. “Mas não podemos falar em Reforma Tributária sem imaginarmos o momento econômico que o Brasil está vivendo”, lembrando os 116 milhões de brasileiros em vulnerabilidade alimentar, as 19 milhões de pessoas que passam fome e as maiores taxas de desemprego do mundo, próximas à da África do Sul, que possui o maior índice de desemprego da economia mundial. “Esse é o momento que estamos vivendo do ponto de vista da economia. Não podemos falar em Reforma Tributária sem colocarmos o povo novamente no orçamento, com políticas públicas e um Estado efetivamente social, minimamente protetor das desigualdades e das exclusões”, salientou. Para Lima, as obras mais importantes são as obras humanas, garantidas por meio de programas de inclusão e de proteção da vida. “Essa reflexão cabe a esse setor tão importante da

vida do povo brasileiro, que são os Auditores Fiscais, que arrecadam, que fazem a construção da estrutura do Estado e que garantem o processo de crescimento do país e a construção sólida das políticas de Estado”, argumentou. Esse reconhecimento à carreira é fruto de três mandatos como deputado federal, oportunidade em que participou ativamente dos debates relacionados aos Auditores, como a PEC 186/19, que transformou a categoria numa estrutura autônoma, de conteúdo de Estado, sem ingerência dos acontecimentos de governos. “Não vamos conseguir falar em nenhum protagonismo do Estado sem termos a garantia de uma Receita autônoma e que construa o que é a sua finalidade precípua”, afirmou.

Para **Darci de Matos**, o momento de divergências também é uma oportunidade de avanço e crescimento. O deputado recentemente fez um discurso na tribuna da Câmara defendendo as lutas e propostas dos Auditores Fiscais e, durante o Encontro, reafirmou seu compromisso com a carreira. “As atividades dos Auditores são imprescindíveis para o país, na arrecadação dos recursos públicos, pois sem recursos não temos as essenciais políticas implementadas”, disse, complementando a importância da carreira no combate ao tráfico, ao contrabando, à corrupção e, sobretudo, à absurda sonegação no país. Diante dessa relevante atuação, Matos criticou o corte de 50% no orçamento da Receita. “É um absurdo o governo federal, do qual

faço parte da base, promover cortes. De forma alguma, em momento algum, podemos concordar com essa atitude. A Constituição é clara: é preciso dar prioridade aos órgãos de arrecadação”, enfatizou. O parlamentar defendeu ainda a realização de concurso público e a regulamentação imediata da Lei 13.464/2017. “Podem contar com meu trabalho nessas bandeiras”, garantiu.

Quanto ao atual momento político, Matos afirmou que o Brasil completou o ciclo da democracia, em que todos os segmentos políticos, desde a Constituição de 1988, estiveram em algum momento no poder. “Tivemos o centro, tivemos a esquerda e agora temos a direita. Que bom que o ciclo da democracia está completo”, analisou. Apesar disso, o parlamentar criticou o pouco avanço em relação ao combate à fome, ao elevado índice de analfabetismo, à miséria, ao desemprego e a tantos outros problemas sociais. “Todos nós temos que fazer um mea-culpa. Centro, direita e esquerda tiveram a oportunidade de avançar e não fizeram. Eu me incluo nesse atraso”, admitiu. Para contribuir para a retomada da economia, o deputado acredita que três reformas estruturantes são fundamentais. A primeira, da Previdência, realizada com muitas divergências; a Tributária, pois, para ele, o sistema tributário é

arcaico e atrasado; e a Administrativa, sem mexer nos direitos adquiridos e dando clareza às carreiras exclusivas de Estado. Ainda que importantes, Matos acredita que este ano as reformas não serão votadas, por ser ano eleitoral. O parlamentar ainda fez um alerta quanto à importância da Reforma Tributária. “Não estamos conseguindo tributar a nova economia digital, como Airbnb, Uber, Netflix. Estamos perdendo receita”, lamentou.

Matos também criticou a extrema polarização e o quanto isso é prejudicial para o próprio país. Para o parlamentar, quando se debate com raiva e agressões, se perde a razão e não há avanços efetivos. “Estamos numa guerra. Isso não constrói nada. Me considero de centro e tenho dito que a extrema esquerda e a extrema direita precisam repensar o seu posicionamento para o bem do Brasil. O momento é conturbado, de perda de energia. Não estamos priorizando as grandes pautas, os grandes temas, mas sim questões que não levam a lugar algum”, frisou. “Acredito no Brasil, no nosso potencial, acredito na boa classe política, na sociedade civil organizada, na imprensa, na força e na mobilização”, afirmou.

O senador **Esperidião Amin** também ressaltou a importância dos Auditores Fiscais na estrutura de Estado. “Nenhum país do mundo deu



certo sem ter um serviço público comprometido com as funções que são inerentes à existência da Nação e do Estado de bem-estar social”, destacou. Neste contexto, Amin reforçou a importância da meritocracia e citou a Portaria 31/2017, da Receita Federal, que trata dos indicadores de performance, tema que se dedicou em sua vida acadêmica. “Com esta Portaria, a Receita ilumina o seu caminho”, ressaltou, mesmo que seja um assunto que merece atualização constante.

Sobre o sistema tributário, o senador também falou da importância de a reforma prever a tributação dos meios tecnológicos. “O sistema é perverso, porque ele é eivado de regressividade. É mais fácil cobrar de quem recebe salário do que do e-commerce. Por isso o Walmart já vende mais por plataforma digital do que nas lojas, mesmo com seus 7 mil estabelecimentos”, constatou. Para Amin, um país que perde a corrida da competência, da tecnologia e da busca da justiça na questão da arrecadação de impostos caminha para graves dificuldades quanto à existência da nação. “A injustiça fiscal é um veneno muito perigoso; o caminho para a ruína”, disse.

O trabalho da Receita exige constante atualização, especialmente dos seus indicadores e de busca de performance. “Eu prestigio a função de vocês não porque gosto dos indivíduos, é porque vocês são essenciais para que o país não se envenene com a injustiça institucionalizada sob a forma de arrecadação. Porque este veneno é muito perigoso para a sobrevivência do nosso país”, declarou. Amin declarou ser favorável à Reforma Tributária e, mesmo considerando que ela não será votada em ano eleitoral, acredita que é preciso reduzir a regressividade e tratar em seu texto da reindustrialização inteligente. “Não tem cabimento termos o agronegócio como sendo um grande sustentáculo do Brasil, com 95% de dependência de fertilizantes importados”, frisou. “Temos um ano complexo. Faço votos de que, apesar da polarização evidente, a tolerância, que sempre foi um patrimônio nacional, nos faça conviver com os opostos”, concluiu.

Secretário destaca papel social da Receita Federal do Brasil

O secretário da Receita Federal do Brasil, **Julio Cesar Vieira Gomes**, abordou, no dia 6 de maio, “O papel social da RFB” e demonstrou como a instituição atua em prol da redução das desigualdades, em busca das justiças fiscal e social.

O papel da Receita, conforme destacou Vieira, está relacionado intrinsecamente à justiça fiscal. Um tema que, segundo ele, a ANFIP e a Fundação ANFIP têm desenvolvido, pesquisado, produzido material e seminários como nenhuma outra entidade. “Talvez seja a instituição mais importante no reconhecimento da justiça fiscal e da função social da Receita Federal para que tenhamos um país mais equilibrado”, afirmou.

Uma importante ação voltada para a justiça fiscal implementada pela RFB é a conformidade cooperativa. Vieira explicou que o órgão tem buscado nos dois últimos anos dar um tratamento diferenciado aos contribuintes que cumprem seu dever fundamental de pagar impostos, daqueles contribuintes que, por várias razões, não cumprem suas obrigações principais. “Procuramos contemplar aqueles que pagam seus deveres tributários, em detrimento dos demais contribuintes”, frisou. Existem duas ações dentro do programa de conformidade cooperativa fiscal, o Confia, em âmbito mais interno, que está sendo impulsionado este ano de forma bastante acelerada, e o Operador Econômico Autorizado (OEA), que trata de tributos sobre o fluxo de comércio exterior.

O Confia muda os paradigmas da relação entre a Receita Federal e os contribuintes, podendo, por meio do gerenciamento de riscos e análise de comportamento, se integrar de maneira mais eficaz e eficiente com cada um; já o OEA, após comprovar o cumprimento dos requisitos e critérios do programa, certifica o contribuinte como um operador de baixo risco, confiável e, por conseguinte, apto a usufruir de benefícios oferecidos pela Aduana brasileira, relacionados à maior agilidade e previsibilidade de suas cargas nos fluxos do comércio internacional.

“No momento que a gente tem essa visão de buscar a igualdade como justiça, você trata de forma diferente aqueles que têm comportamento diferente. O que estamos fazendo é promover justiça fiscal”, justificou, e, com isso, melhorar a segurança jurídica, o cenário e o ambiente de negócio, a fim de atrair investimento e melhorar a produção econômica.

Melhorar o ambiente de negócios, segundo o secretário da Receita Federal, significa melhorar o desempenho da arrecadação. Prova disso são os sucessivos recordes registrados. Em março, foi arrecadado um total de R\$ 164 bilhões. “É um valor muito expressivo”, declarou, ao relatar a responsabilidade do órgão, especialmente dos profissionais que atuam. “O que a gente chama de arrecadação espontânea é uma arrecadação feita de acordo com as normas por nós estabelecidas. As normas internas da Receita, que buscam facilitar a compreensão de um sistema tributário complexo,

e, sobretudo, pela presença da fiscalização. É com isso que nós conseguimos manter uma arrecadação constante e, assim, promover as nossas políticas econômicas e sociais”, ressaltou.

Dentre os tributos arrecadados, Vieira chamou atenção para um, a contribuição previdenciária. Em 2021, conforme lembrou, foi um total de R\$ 800 bilhões destinados a planos de benefícios. Sobre os números, o secretário destacou estudos da ANFIP que demonstram que em 77% dos municípios brasileiros, os benefícios previdenciários pagos à população superam a arrecadação com receitas próprias. “Isso representa a sustentação da economia local. O que torna a nossa função muito mais que um órgão arrecadador. É um órgão social também”, citou.

Vieira destacou ainda a destinação dos valores arrecadados como uma função “importantíssima” da Receita Federal. De acordo com o secretário, o governo empregou R\$ 102 bilhões em programas





Secretário da RFB, Julio Cesar Vieira Gomes, com representantes da Região Norte, Miguel Nôvo (ANFIP-AM), Severino Cavalcante (SRRF02) e Ricardo Penalber Pereira (DRF/AM)

para minimizar os efeitos da pandemia. “Foi com a nossa arrecadação, com o trabalho que fizemos, que conseguimos oferecer, durante o período drástico da pandemia, o auxílio emergencial e outras medidas para minimizar os seus efeitos. A Receita Federal estava presente”, frisou.

Além do auxílio, a Receita realizou o desembaraço aduaneiro de mercadorias em tempo recorde. Em janeiro de 2022, disse Vieira, quando as vacinas contra a Covid-19 para os adolescentes começaram a ser importadas, a RFB conseguiu em um único dia realizar o desembaraço aduaneiro de mais de 1 milhão de doses pediátricas. “Nos mobilizamos para criar um canal especial para que vacinas, medicamentos e utensílios médicos chegassem à população no tempo necessário. A Receita demonstrou que ela tem uma rápida reação a qualquer intempérie”, constatou.

Não é só o desembaraço aduaneiro que ganhou destaque nesse período pandêmico. Vieira relatou que a Aduana faz um trabalho constante de repressão e análise de gerenciamento de risco, o que permite recortes constantes de apreensão de produtos e mercadorias que causariam danos econômicos à população. Com as apreensões, a Receita implementa o trabalho de destinação. Em

fevereiro deste ano, após uma catástrofe na região serrana do Rio de Janeiro, a RFB doou 12 toneladas de peças de roupas. Além dessa medida, a Receita também alterou os prazos para pagamento de tributos por parte dos microempresários. “O comércio local lá é forte. A sustentação de várias famílias se dá com recursos do varejo. Não só o cidadão, mas esse microempresário também sofreu com a catástrofe em Petrópolis. Prorrogamos o vencimento dos tributos federais até o final de maio. O que dá um alívio para as empresas que devem cumprir suas obrigações mês a mês”, relatou. Medida semelhante foi tomada nacionalmente, por meio do Pert (Programa Especial de Regularização Tributária).

As destinações vão além de períodos críticos. A Receita Federal mantém o selo “seu imposto foi aplicado aqui” sempre que são feitas doações a órgãos públicos ou entidades que promovem programas sociais em cooperação com o poder público. Desde 2020, foram destinados cerca de R\$ 500 milhões em mercadorias. “Isso significa economizar recursos. No momento que doações são destinadas a hospitais, orfanatos e asilos, é menos orçamento que você necessita para fazer frente a essas despesas necessárias. A Receita faz esse ponto, entre a apreensão de bens, com todos os cuidados,

e a sua destinação direta a entidades públicas e parceiros privados”, afirmou.

O papel social da Receita vai além das fronteiras nacionais. Este ano, com a guerra na Ucrânia, muitos brasileiros migraram para a Polônia. A RFB, por meio da alfândega de Guararapes, liberou 11 toneladas de alimentos, medicamentos e purificadores de água ao principal destino dos brasileiros. “Independentemente da necessidade da nossa população, seja no Brasil ou no exterior, estamos presentes para ajudar as pessoas. Essa é a função social da Receita Federal”, concluiu o secretário.

LANÇAMENTOS

Guia orienta associados sobre vantagens e serviços



Sempre preocupada em fornecer informações essenciais para assegurar o bem-estar dos Auditores Fiscais, a ANFIP lançou, durante o XVII Encontro Nacional, o Guia do Associado, canal virtual exclusivo dos associados da ANFIP.

A vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, **Tereza Liduína Santiago Félix**, que coordenou o projeto, explicou que a plataforma consiste no mapeamento dos principais serviços

e benefícios oferecidos pela Associação e por órgãos do Governo, para que o associado conheça e utilize de forma prática e rápida as inúmeras facilidades disponíveis.

A iniciativa também contou com apoio e participação das Vice-Presidências de Comunicação Social, Serviços Assistenciais, Assuntos Jurídicos e de Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação.

Confira esta novidade no endereço www.guiadoassociado.anfip.org.br.

Aplicativo ganha nova aba com informações do setor Jurídico

A ANFIP anunciou, durante o XVII Encontro Nacional, as novidades do setor Jurídico da Entidade, que incluem o Informativo Jurídico e menu de ações judiciais do app ANFIP Digital. As novas funcionalidades foram pensadas com o objetivo de facilitar o acesso e simplificar o entendimento dos associados acerca das ações judiciais em curso, além de estreitar o canal de atendimento aos interessados e assistidos.

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, **Maria Beatriz Fernandes Branco**, esclareceu as novidades e se colocou à disposição, junto à sua equipe, para auxiliar e sanar todas as dúvidas do quadro associativo. “Para que saíamos todos muito bem informados, saneamos as principais ações judiciais, de cada um de vocês, e estaremos disponibilizando, aos poucos, com a colaboração do nosso prestador de serviço, para que isso seja feito no menor prazo possível”, concluiu a vice.

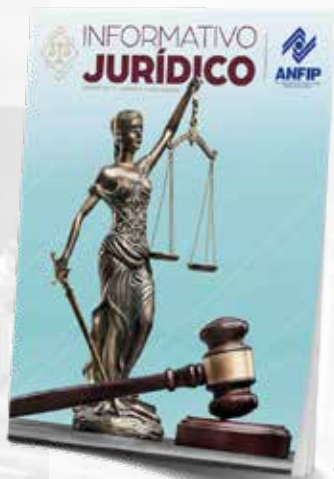
App ANFIP Digital – Na aba, é possível consultar, de forma personalizada, as principais ações em execução, com informações sobre a atual fase em que o processo se encontra, os embargos na execução e se os precatórios estão prestes a serem expedidos. As execuções serão atualizadas no momento em que o Auditor acessar o sistema. Para isso, é necessário ter o CPF e a senha cadastrados na área restrita.

Informativo Jurídico – Trata-se de um material explicativo que contém dados sobre as

quatro grandes execuções da ANFIP - GDAT, 28,86%, GIFAe3, 17% -, além de novas ações de conhecimento, que no futuro poderão gerar inúmeros benefícios

financeiros aos associados e seus herdeiros. O material ficará disponível na área restrita e pode ser baixado a qualquer momento, tanto pelo site quanto pelo aplicativo.

Em caso de dúvidas, basta entrar em contato com o setor por meio do telefone 3004-9197 (custo de ligação local), do WhatsApp (61) 98176-9051 ou pelo e-mail juridico@anfip.org.br.



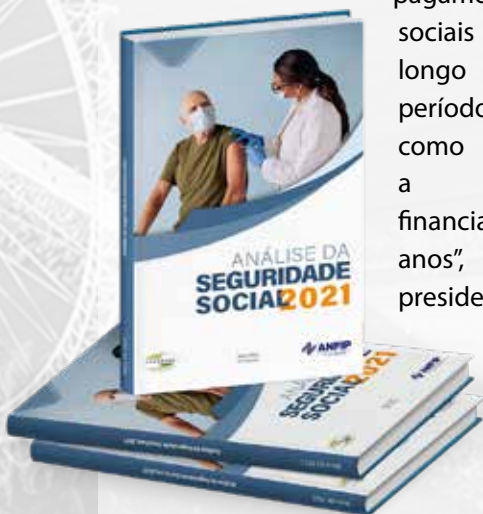
Disponível nova edição da Análise da Seguridade Social

A ANFIP também publicou, durante o XVII Encontro Nacional, mais uma edição da Análise da Seguridade Social, com todos os dados referentes a 2021. A publicação detalha os números relacionados à Previdência Social, Saúde e Assistência Social, com registro da evolução da Seguridade ao longo do tempo.

“Há 20 anos a ANFIP publica a Análise, que traz todas as contas, tanto do custeio quanto do pagamento de benefícios sociais e previdenciários. Ao longo da série, tivemos o período de superávits, assim como já reconhecemos a necessidade de financiamento nos últimos anos”, lembrou a vice-presidente Executiva,

Eucélia Maria Agrizzi Mergár.

A Análise da Seguridade Social vai ser



enviada a todos os associados em meio digital e estará disponível, impressa, aos que fizerem a solicitação do livro.

Integram o grupo de trabalho responsável pela produção do livro os vice-presidentes **Ana Lúcia Guimarães Silva** (Assuntos da Seguridade Social), **Eucélia Maria Agrizzi Mergár** (Executiva), **Crésio Pereira de Freitas** (Assuntos Fiscais) e, pela Fundação ANFIP, **Margarida Lopes de Araújo** (presidente), **Nilza Garutti** (Estudos, Planejamento e Projetos) e **Vanderley José Maçaneiro** (suplente).

ANFIP premia ações inovadoras na RFB



No XVII Encontro Nacional, com a presença do secretário da Receita Federal, **Julio Cesar Vieira Gomes**, a ANFIP lançou o I Prêmio de Ações Inovadoras, que busca valorizar o cargo de Auditor Fiscal e fortalecer a Receita Federal do Brasil. O hotsite do Prêmio já está no ar, com o regulamento e o espaço para inscrição.

O prêmio tem dois objetivos: oportunizar o surgimento de ideias e propostas inovadoras que possam incrementar, agilizar e aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos do trabalho da Auditoria Fiscal nas áreas de Tributos Internos, Previdência Social e Fiscalização Aduaneira, Regimes Próprios de Previdência Social e Previdência Complementar Fechada; e propiciar a divulgação de novos mecanismos, ferramentas e atividades que busquem o aperfeiçoamento, a capacitação e a valorização do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Podem participar os associados da ANFIP, ativos e aposentados, assim como os Auditores

que vierem a se associar. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas até dia 31/8. O Ações Inovadoras terá a seguinte premiação: primeiro colocado, R\$ 15 mil; segundo colocado, R\$ 10 mil; terceiro colocado, R\$ 5 mil; e quarto e quinto colocados, certificado de Menção Honrosa.

“Estamos numa era bem avançada da época em que o Código Tributário foi escrito. Vivemos a época da economia digital. Novas maneiras de trabalhar, arrecadar, evitar a sonegação e a evasão precisam ser trazidas para o trabalho e melhorar a arrecadação do país. Os senhores que tiverem ideias podem apresentar os seus trabalhos”, ressaltou o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, **Gilberto Pereira**, coordenador da Comissão Organizadora do prêmio.

ATRAÇÕES

Denise Fraga faz reflexão sobre tecnologia e relações humanas

A atriz e produtora **Denise Fraga**, presente no segundo dia do XVII Encontro Nacional, na palestra “Inquietudes para um novo (velho) mundo”, fez uma impactante crítica sobre os excessos tecnológicos, que têm retirado valores fundamentais dos relacionamentos humanos e implantado vaidades emocionalmente prejudiciais.

“Somos aparelhos de 110 volts ligados em tomadas de 220 volts”, comparou Denise, sobre a atenção humana conectada excessivamente às propostas impostas pela tecnologia, que inquietam a mente. “Mesmo quando não estamos



on-line, estamos 'entelados'", constatou. Para a atriz, as consequências têm sido drásticas, na medida em que as pessoas estão deixando de lado os laços de gentileza e solidariedade que deveriam, na verdade, unir. "A gentileza caiu tanto em desuso, que a gente tem que tomar cuidado para ela não se tornar violenta", avaliou.

Apesar disso, para Denise Fraga, há salvação. "A única saída é a gente fazer a revolução da escuta", sugeriu. "Estamos sendo adestrados a perder a paciência", lamentou. Deu como exemplo uma recente atualização de um aplicativo de mensagens, que permite alterar a velocidade de reprodução dos arquivos de áudio.

Além de exercitar a reflexão dos participantes, Denise relatou ainda sua trajetória no teatro, cinema e televisão e descreveu como a arte a tornou mais humana, permitindo aplicar no dia a dia percepções que classificam, muitas vezes, de "utópicas".

Em homenagem às mães, Bruna Lombardi dá dicas para alcançar a felicidade

A renomada atriz e escritora **Bruna Lombardi**, que também participou da programação do XVII Encontro Nacional, deu dicas valiosas durante a palestra "Felicidade: Liberte o Futuro", realizada virtualmente no segundo dia do evento.

Interagindo com a jornalista **Daiana Lima**, Bruna trouxe reflexões sobre os prejuízos causados pelas barreiras sociais e pela desigualdade no país, mostrando novas perspectivas possíveis de crescimento pessoal e coletivo em nossa sociedade.

A partir de ensinamentos sobre preservação da paz, aperfeiçoamento da comunicação, fortalecimento da autoestima, desenvolvimento do autocuidado e investimento no autoconhecimento, a escritora afirmou que todos têm potencial para



a felicidade, sendo, por outro lado, um estado que precisa ser cultivado. Já para ajudar a lidar com o estresse e controlar o ritmo acelerado do dia a dia, Bruna indicou alguns exercícios de meditação e práticas de respiração que podem propiciar uma rotina mais saudável e auxiliar na busca pelo equilíbrio, principalmente em tempo de pandemia.

Especialmente para as mães, a atriz deixou a seguinte mensagem: “Nós somos guerreiras, somos pessoas que estão ali, na batalha da vida. E a gente sabe que não é fácil, mas a gente tem a confiança. Essa confiança que a gente tem que despertar, redespertar, reinventar, refazer e manter cada vez mais. Desejo muita saúde, muita felicidade, um caminho de luz, de autodescoberta, autoconhecimento e compreensão de toda a riqueza que você traz dentro, e que você saiba usar tudo isso para tornar o seu mundo, tudo o que estiver o seu alcance, melhor e mais feliz, inclusive você mesma”.

Dando continuidade à homenagem às mães, após a exposição da convidada, foram realizados sorteios de diversos brindes para os associados que compareceram ao evento, acompanharam a programação e fizeram parte dessa história.

ENCERRAMENTO

Ministro Luiz Fux destaca importância da Receita Federal para o país

Como um dos pontos altos do XVII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro **Luiz Fux**, realizou a palestra magna “Reformas Constitucionais e o Futuro do Estado Democrático”, durante cerimônia de encerramento do evento, realizada em 6 de maio.

O magistrado destacou o trabalho da Receita Federal do Brasil como órgão arrecadador, buscando recursos para que o Estado cumpra os direitos fundamentais dos cidadãos e na construção de uma sociedade solidária. “O Estado, caracteristicamente o Estado fiscal, precisa arrecadar tributos para poder satisfazer as necessidades coletivas. Daí, não só a importância dos senhores, principalmente nesse momento de pandemia, em que o Brasil se endividou muitíssimo e tem de arrecadar muitíssimo, e



com o empenho e trabalho de todos os senhores [Auditores Fiscais], como também, porque a Receita Federal, no ranking das instituições públicas, goza do maior prestígio, não só perante a Nação brasileira, mas mundialmente, perante o exterior, pela sua tecnologia, pela sua inovação”, ressaltou. “Pude eu mesmo verificar que a Receita Federal do Brasil é mais evoluída em tecnologia que o país da tecnologia, que são os Estados Unidos”, acrescentou.

Fux falou sobre a necessidade dos impostos, que são pagos solidariamente, para custear os interesses coletivos. “Isso, evidentemente, vem ao encontro de nosso ideário da Constituição, que prevê uma sociedade solidária. E a sociedade solidária é exatamente essa que contribui com os tributos para fazer face às necessidades de toda a coletividade e, principalmente, das pessoas carentes, na medida em que também é uma promessa constitucional a erradicação

das desigualdades. E isso se obtém através dos tributos”, disse o magistrado.

O ministro também abordou, em sua exposição, a importância do Estado Democrático de Direito. “Isso não é uma mera divagação acadêmica, isso tem a sua essência, o seu conteúdo. Relembrando o velho discurso de 1863, do 16º presidente americano, Abraham Lincoln, o Estado é democrático quando o seu governo é exercido pelo povo, através de seus representantes. Os poderes emanam do povo e as funções públicas são exercidas para o povo”, defendeu.

E continuou: “quando se fala em Estado Democrático, a primeira imagem que nos vem à frente é que se uma democracia é forjada para o povo, o Estado, enquanto soberano, deve desenvolver as suas funções para satisfazer os direitos fundamentais da sociedade. Como os direitos não nascem em árvores, nós precisamos, efetivamente, do tributo”.



Presidentes da ANFIP, Wilson Antonio Romero, e da ANFIP-SC, Floriano José Martins, recebem autoridades no encerramento do XVII Encontro Nacional, em Florianópolis

Sobre as decisões do STF, o presidente Luiz Fux informou que, há pouco tempo, a Corte decidiu pela constitucionalidade do marco legal do saneamento. “Esse marco legal do saneamento promete que, em poucos anos, nós teremos 99% da população brasileira usufruindo de água potável e de esgoto. Nós sabemos que quando não há saneamento, não há saúde. Podemos ter absoluta certeza de que essas condições, quase de sobrevivência biológica, que os brasileiros viviam, foi a causadora desse número tão expressivo de mortes durante a pandemia. Esse marco regulatório custará muito. Ele valerá a pena, porque o Brasil é um país que zela pela dignidade da pessoa humana. Hoje, a pessoa humana é o centro de gravidade de toda a ordem jurídica. Então, a democracia, em primeiro lugar, deve ser entendida nesse sentido”.

Bônus de Eficiência

Fux também falou sobre alguns acórdãos, que são produções da jurisprudência em prol da Receita Federal, viabilizando que cumpra o seu papel: “Na ADI 6562, nós entendemos que, pela importância, pela função pública que os Auditores exercem, era constitucional a atribuição do denominado Bônus de Eficiência, que é um bônus de performance. E isso, aqui entre nós, não é favor nenhum, é pela importância, pela credibilidade do trabalho da Receita Federal em prol dos recursos públicos para satisfação das necessidades coletivas”, destacou.

Acesso aos dados dos contribuintes e combate à corrupção

Outra decisão foi a ADI 2390, tema 225, sobre acesso e utilização de todos os dados dos contribuintes. “A Receita Federal só pode investigar, só pode apurar se ela tiver esse cruzamento de dados e isso sem reserva de jurisdição. Essa comunicação de dados é importantíssima, isso não quebra sigilo de ninguém. E para que tanto sigilo? Com dinheiro público, o segredo não é a alma do negócio. Então, para que tanto sigilo? É interessante nesse acórdão, da ADI 2390, que o STF destacou que o Brasil se comprometeu, perante o G20 e o Fórum Global de Transparência, a cumprir

os padrões internacionais de transparência e de troca de informações bancárias estabelecidas com fito de evitar o descumprimento das normas tributárias”, explicou o ministro.

O ministro também destacou o Recurso Extraordinário (RE) nº 1055941, tema 990. “Através dessas decisões, e para mim essa é uma decisão emblemática do tema 990 sobre o compartilhamento de dados com o Ministério Público Federal (MPF). Essa é uma decisão importantíssima, porque a Receita Federal tem um papel de alta significação no combate à corrupção. A Receita Federal é um ator coadjuvante muito importante para o Judiciário nesse combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Nós fizemos um termo de cooperação, porque a Receita Federal tem as suas tecnologias de cruzamento de dados, e o Conselho Nacional de Justiça [CNJ] agora desenvolveu um programa denominado *Sniper*, que é um programa que localiza bens que são frutos de lavagem de dinheiro. Então, esse combate à corrupção é muito importante não só pela Receita Federal administração tributária, como também a Receita Federal administração aduaneira”.

Fux citou o dado de que a administração aduaneira da RFB recuperou para o Brasil R\$ 3 bilhões, evitando práticas ilícitas de importação de produtos piratas ou que estão impossibilitados de entrar em território nacional. “É um dado que eu achei extraordinário, que cada Auditor foi responsável”, ressaltou.

O presidente do STF ainda quis registrar algo que, para ele, represente a Receita Federal. Neste sentido, destacou o avanço tecnológico do instituição. “Nessa nova era digital, eu concluo que a Receita Federal é sinônimo de transparência, moralidade, defesa da dignidade da pessoa humana e, acima de tudo, com a atuação da Receita Federal do Brasil, a eficiência da sua atividade é símbolo da democracia e do Estado de Direito, garantindo uma sociedade justa, que, segundo Hans Kelsen, maior estudioso sobre a Justiça, a justiça ainda é o sonho mais formoso da humanidade”, afirmou Luiz Fux.



Os integrantes do Conselho Executivo da ANFIP, do mandato 2022/2023, foram apresentados ao final da cerimônia de abertura do XVII Encontro Nacional



Homenagem aos 72 anos da ANFIP, completados em 22 de abril deste ano



Associados se reencontram na retomada dos eventos presenciais da ANFIP



Associados de todas as regiões do Brasil se emocionam na abertura do XVII Encontro Nacional, que reuniu mais de 500 pessoas e foi prestigiado por diversas autoridades



O **XVII Encontro Nacional** reuniu parceiros e abriu espaço para manifestações culturais de Santa Catarina. Na área de convivência, Fundação ANFIP, ANFIP-SC, Jusprev, Benevix, MarktClub e Funpresp dividiram espaço com artesãos e artesãs locais, como as famosas rendeiras de Florianópolis. Para abrilhantar a programação musical, o evento recebeu a Orquestra Floripa, a dupla Gocha e Mônica Moraes, a Banda Stágium 10 e a Bateria da Escola de Samba Protegidos da Princesa. Apresentando as tradições catarinenses, Dona Bilica e o Boi de Mamão contagiaram os participantes com muito humor e dança folclórica.

INFLAÇÃO

pesa no bolso dos brasileiros

*Alta do custo de vida altera prioridades de consumo e impacta **qualidade de vida***



Com uma perspectiva de recuperação econômica e crescimento de 5,3% para 2021, depois de um período de recessão em 2020, o Brasil não corresponde às expectativas, termina o ano com alta inflação e baixo crescimento, e, no primeiro trimestre de 2022, registra enfraquecimento da atividade econômica e muita incerteza no cenário internacional.

Se a economia mundial já estava afetada pela pandemia, a guerra na Ucrânia veio para piorar a situação da crise. Nos Estados Unidos, a elevação dos juros reverte a política de uma década de incentivos econômicos. Na China, o crescimento é o menor dos últimos 30 anos. Na Europa, a deterioração do quadro econômico em decorrência da guerra é quase certa. O Brasil não fica de fora desse panorama. Aqui, a crise econômica, com aumento da inflação, vem seguida de desemprego e expansão da fome e da pobreza.

Estagnação econômica – A situação em 2021 foi dramática. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB fechou em 4,6%. A previsão da equipe econômica para 2022, divulgada por meio do Boletim MacroFiscal, da Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia, é que o PIB cresça 1,5%, ante os 2,1% esperados anteriormente. Já o Boletim Focus, que retrata o mercado financeiro, traz estimativa mais pessimista, com crescimento de apenas 0,49%.

Essas previsões apontam que 2022 será mais um ano de dificuldades na economia brasileira e no mercado de trabalho, já que o PIB está relacionado com a atividade econômica e a qualidade de vida. Com a estagnação desse processo de crescimento, há grandes chances de persistirem o desemprego e a perda do poder de compra dos salários.

IPCA – O principal indicador da inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, representa

a variação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referente ao consumo pessoal das famílias, justamente o motivo pelo qual interfere diretamente no resultado do PIB. Em 2021, o índice ficou em 10,06%. A projeção do Banco Central para 2022, divulgado no Relatório de Inflação, é o IPCA em 7,1%, bem acima dos 3,5% inicialmente projetados.

Segundo a publicação, a instituição trabalha com dois cenários. No primeiro, as projeções de inflação para 2022 ficam em torno de 10,6% no primeiro trimestre do ano, caindo para 6,3% no final do ano, acima do limite superior do intervalo de tolerância (5%) da meta (3,5%). O índice projetado cai para 3,1% em 2023 e 2,3% em 2024.

Já o segundo cenário prevê que a inflação acumulada em 12 meses fique em 10,6% nos dois primeiros trimestres do ano, caindo para 7,1% no final do ano, também acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta. A inflação projetada cai para 3,4% em 2023 e 2,4% em 2024.

No bolso, inflação alta e persistente significa que produtos e serviços, como alimentos, transporte, educação e habitação, estão mais caros ao longo do tempo. A situação é tão drástica que a percepção do encarecimento do custo de vida atinge todas as classes sociais, impactando sobremaneira os mais pobres. Para os grupos mais vulneráveis, a alta dos preços é mais impactante quando é preciso fazer substituições de compras para poder, por exemplo, comer. É quando nos deparamos com a substituição de carnes vermelhas por ovos, por exemplo. Ou quando, devido à alta da energia elétrica e do gás, famílias improvisam fogo à lenha para preparar seus alimentos.



Dados do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda revelam uma aceleração da inflação, em fevereiro, para todas as classes de renda pesquisadas. A taxa avançou de 0,34% para 1,07% entre janeiro e fevereiro para o segmento alta renda. Já no caso das famílias de renda muito baixa foi observada uma variação de 0,63% para 1,0%, no mesmo período. O resultado contribuiu para que esse grupo apresentasse as maiores taxas de inflação acumulada no ano (1,63%) e em doze meses (10,9%), acima das registradas pela classe de renda alta, com variações de 1,42% e 9,7%, respectivamente, aponta o estudo, conduzido por **Maria Andreia Parente Lameiras**, técnica de planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea.

Salários – Diferentemente da medição da relação de consumo gerada pelo IPCA, que pesquisa famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos, o Brasil possui outro índice inflacionário, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Neste caso, os dados refletem o processo de consumo das famílias que

recebem de 1 a 5 salários mínimos. Como está relacionado ao poder de compra de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, o índice também é utilizado para reajustar salários, aposentadoria e definir o salário mínimo. O INPC fechou 2021 em 10,16%.

No Brasil, entretanto, o INPC é utilizado legalmente apenas para os trabalhadores da iniciativa privada, conforme estabelece a Lei nº 7.238/84. Os servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais não têm direito à correção automática de seus salários pelo índice inflacionário. No serviço público, as negociações aconteciam periodicamente em grupos de carreiras, diretamente nas salas do extinto Ministério do Planejamento. Hoje, os servidores públicos não são recebidos por representantes do governo em mesas de negociação salarial. Essa ausência de normatização tem resultado certo: a perda gradativa do poder de compra.

Mesmo tendo seus salários corroídos anualmente, diversas carreiras do serviço público estão sem reajuste. No caso dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, são 5 anos sem recuperação do seu poder aquisitivo.

Estudo elaborado pelo Auditor Fiscal **Vanderley José Maçaneiro** indica que o valor da remuneração da carreira em janeiro de 2022 correspondia ao mesmo valor recebido no fim de 2004 e no começo de 2016. “Chegamos ao menor valor de toda série”, diz sobre a análise, que compreende o período de janeiro de 2000 a janeiro de 2022. “Todo o esforço para a obtenção dos ganhos reais, acima da inflação, no período de 2006 a 2014, foi se esvaindo.

No ritmo atual de inflação, estamos perdendo, em termos reais, aproximadamente R\$ 300 por mês”, ressalta. Os Auditores Fiscais tiveram ganhos reais, acima da inflação, somente entre os anos de 2006 e 2014, segundo o analista.





PRINCIPAIS INDICADORES

SELIC

A Selic é a taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país, como as dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras.

A Selic refere-se à taxa de juros apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia. O BC opera no mercado de títulos públicos para que a taxa Selic efetiva esteja em linha com a

meta da Selic definida na reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom).

O nome da Selic vem da sigla do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Tal sistema é uma infraestrutura do mercado financeiro administrada pelo BC.

Fonte: Banco Central

IPCA

O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) produz contínua e sistematicamente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de

produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC.

Esse índice de preços tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 1º a 30 do mês de referência.

Atualmente, a população-objetivo do IPCA abrange as famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, residentes nas áreas urbanas das seguintes regiões: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju.

Fonte: IBGE

INPC

O SNIPC produz ainda o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) que tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertencente às áreas urbanas de cobertura do Sistema.

Esse índice de preços tem como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e internet e sua coleta estende-se, em geral, do dia 1º a 30 do mês de referência.

Atualmente, a população-objetivo do INPC abrange as famílias com rendimentos de 1

a 5 salários mínimos, cuja pessoa de referência é assalariada, residentes nas áreas urbanas das regiões: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju.

Fonte: IBGE

IGP-M

O indicador foi concebido no final dos anos de 1940 para ser uma medida abrangente do movimento de preços, que englobasse não apenas diferentes atividades como também etapas distintas do processo produtivo. Dessa forma, o Índice Geral de Preços (IGP) é um indicador mensal do nível de atividade econômica do país, englobando seus principais setores.

O IGP possui três versões com coleta de preços encadeada: o IGP-10 (com base nos preços apurados dos dias 11 do mês anterior ao dia 10 do mês da coleta), IGP-DI (Disponibilidade Interna, de 1º a 30) e o mais popular deles, o Índice Geral de Preços – Mercado, ou simplesmente IGP-M, que apura informações sobre a variação de preços do dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de coleta.

O IGP-M é um dos índices componentes de fórmulas paramétricas utilizadas por empresas de telefonia e de energia elétrica, respondendo parcialmente pelos reajustes tarifários desses segmentos. O Índice Geral de Preços – Mercado também é utilizado como o indexador de contratos de empresas prestadoras de serviço de diversas categorias, como educação e planos de saúde. Além disso, o IGP-M se popularizou por ser amplamente utilizado como referência para o setor imobiliário, para o reajuste de contratos de aluguel.

Por seu histórico regular de divulgação desde a década de 1940, o IGP-M também é citado em vários contratos público-privados dos mais variados segmentos.

Fonte: FGV

TROCA TROCA PARTIDÁRIO

muda correlação de forças no Congresso Nacional

Com foco nas eleições gerais de outubro de 2022, parlamentares aproveitaram o período da janela partidária, entre 3 de março e 1º de abril deste ano, para trocar de partido político sem perderem o mandato. Essa movimentação é permitida em anos de eleição e está prevista na Reforma Eleitoral de 2015 (Lei 13.165/2015). A regra também faz parte da Emenda Constitucional nº 91/2016.

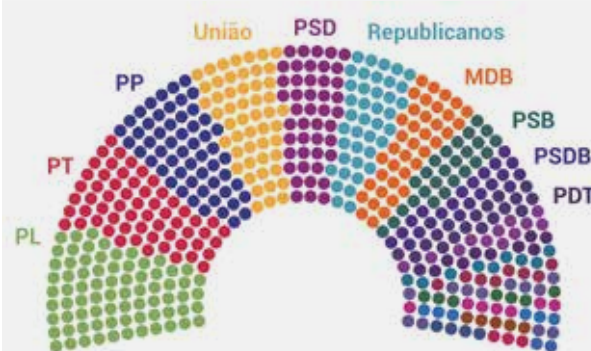
Nos 30 dias que durou a janela, mais de 100 deputados federais trocaram de partido. A nova composição colocou o Partido Liberal (PL), do atual presidente da República, como a maior bancada da Câmara, com 77 deputados. O Partido dos Trabalhadores (PT) se consolidou como a segunda maior bancada, com 57 parlamentares, seguido do Progressistas (PP), que conta agora com 55 deputados.

Já o partido que mais perdeu parlamentares foi o União Brasil, criado com a fusão do PSL e DEM. Ainda assim, a legenda ocupa o quarto lugar em tamanho de bancada, com 54 parlamentares.

O troca troca entre as legendas também alterou o número de representações no Congresso Nacional. Em comparação às bancadas eleitas em 2018, o número de partidos políticos com representação na Câmara caiu de 30 para 23.

Segundo o consultor político **Neuriberg Dias**, que é diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), um dos motivos para essa redução de partidos no Congresso Nacional se deve às novas regras eleitorais, que passam a vigorar já nas eleições de 2022. “As novas regras eleitorais endureceram as cláusulas de barreira/desempenho individual, partidário e nacional com forte impacto nos partidos pequenos e até médios, de um lado, mas também pelo movimento para fortalecer as candidaturas majoritárias percebidas com maior intensidade nos partidos que formam o chamado ‘Centrão’, que reforçam a base de apoio do presidente da República na eleição presidencial em outubro”, afirma o especialista.

Bancada atual dos partidos na Câmara dos Deputados



● PL	77
● PT	57
● PP	55
● União Brasil	54
● PSD	47
● Republicanos	43
● MDB	37
● PSB	23
● PSDB	22
● PDT	19
● PSC	10
● Podemos	8
● PSOL	8
● NOVO	8
● PCdoB	8
● Solidariedade	7
● Avante	6
● Cidadania	6
● Patriota	5
● PROS	4
● PV	4
● PTB	3
● REDE	2
TOTAL	513

REORGANIZAÇÃO DE PODER

A troca de legenda partidária em ano eleitoral permite uma reconfiguração das forças políticas dentro do Parlamento. Apesar disso, o consultor político **Vladimir Nepomuceno** avalia que, na atual conjuntura, a correlação de forças não será muito alterada. “Primeiro, porque essa correlação, normalmente, se dá mais por bancada temática (empresarial, agronegócios, segurança, evangélicos, entre outras) e não por bancada partidária. Segundo, porque o principal objetivo da maioria das trocas de partido se deu por interesses eleitorais, visando verbas, estrutura de campanha e tempo de TV”, ressalta.

Em relação às pautas dos servidores que tramitam no Congresso, Nepomuceno acredita que “não há nenhuma alteração decorrente dessas trocas de partido”. Isto porque, segundo o consultor, o governo, junto com suas lideranças no Congresso, já decidiu pelo retorno de algumas matérias prioritárias, como é o caso da Reforma Administrativa, após as eleições de outubro. “Eles trabalham com o prazo de quatro meses até o fim do mandato, além da redução do poder de pressão dos servidores, uma vez que a ameaça de não serem eleitos não fará mais efeito. Além disso, as principais lideranças defensoras da Reforma Administrativa no governo e no Congresso trabalham com a possibilidade de um novo presidente da República, que poderia influenciar no Congresso. Assim, com a PEC 32/2020 aprovada, haveria mais possibilidades de avanço da pauta infraconstitucional decorrente da Reforma Administrativa”, pontua o consultor político.

Vale ressaltar que, em eventual vitória da oposição ao atual governo, a correlação de forças dentro do Congresso Nacional muda, o que pode dificultar o avanço da Reforma Administrativa, pois, para se aprovar emenda à Constituição são necessários 3/5 de votos (308). No entanto, para a aprovação de projetos de lei, é necessária somente a maioria simples (dos presentes no plenário).

A nova reorganização do poder partidário

no Legislativo também é avaliada pelo diretor do Diap, Neuriberg Dias. “O que se pode adiantar sobre o futuro é que a representação partidária no Congresso vai ser menor, mas ainda não menos fragmentada e tampouco representativa na composição”, explica Neuriberg Dias.

Essa movimentação dos congressistas não deve impactar o trabalho da ANFIP dentro do Congresso Nacional, como explica o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, **José Avelino da Silva Neto**. “A troca de partido por parte dos parlamentares trata-se de arranjo partidário nas proximidades das eleições. Não vejo impacto que cause preocupação ou comprometa atuação do trabalho parlamentar da Associação”, sinaliza o dirigente.

Correlação de forças não será muito alterada, porque essa correlação, normalmente, se dá mais por bancada temática e não por bancada partidária. O principal objetivo da maioria das trocas de partido se deu por interesses eleitorais, visando verbas, estrutura de campanha e tempo de TV

Principais datas do **CALENDÁRIO ELEITORAL DE 2022**



3 DE MARCO ATÉ 1º DE ABRIL	Prazo da janela partidária para troca de partido
2 DE ABRIL	Data limite para filiação partidária e domicílio eleitoral
4 DE MAIO	Prazo final para o eleitor realizar a transferência do local de votação. É também a data limite para quem tem mais de 18 anos solicitar a emissão do título
15 DE MAIO	Pré-candidatas e pré-candidatos poderão iniciar a campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade de financiamento coletivo, sem pedido de votos
20 DE JULHO ATÉ 5 DE AGOSTO	Período para a realização das convenções partidárias
15 DE AGOSTO	Data limite para registro de candidatura
16 DE AGOSTO	Será permitida propaganda eleitoral como a realização de comícios, distribuição de material gráfico, caminhadas ou propagandas na internet
26 DE AGOSTO A 29 DE SETEMBRO	Propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV no 1º turno
09 A 13 DE SETEMBRO	Prestação de contas parcial - por candidatos e partidos
29 SETEMBRO	Último dia para debates no rádio e TV
2 DE OUTUBRO	Primeiro turno do pleito
7 A 28 DE OUTUBRO	Propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV no 2º turno
28 OUTUBRO	Último dia para debates no rádio e TV (2º turno)
30 DE OUTUBRO	Segundo turno (para cargos majoritários - presidente e governadores)
19 DEZEMBRO	Diplomação dos eleitos - data final
1º JANEIRO	Posse do presidente e governadores eleitos
1º FEVEREIRO	Posse dos senadores e deputados eleitos

ATUAÇÃO DE SERVIDORES ALÉM DE DEFESAS CORPORATIVAS

União de carreiras em várias frentes coletivas reforça importância do trabalho conjunto para a conquista de resultados positivos para toda sociedade

Nunca antes na história contemporânea, o setor público e seus servidores tiveram presença marcante na vida social e na agenda política. Impulsionados pela atuação durante a pandemia, tanto de profissionais de saúde em todo país quanto de órgãos essenciais para agilizar o fluxo de circulação de insumos para o combate à Covid-19, como é o caso da Receita Federal do Brasil, algo ainda mais poderoso se consolidou nos últimos anos: a união.

Fruto da capacidade de se organizar, garantido constitucionalmente, os servidores têm dado uma verdadeira aula de como atuar em coletividade ampla pode alavancar não só os serviços prestados à população, como transformar carreiras públicas em verdadeiras trincheiras sociais.

Prova disso são os coletivos cada vez mais consolidados, como é o caso do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Pacto de Brasília, Frente Servir Brasil, Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Auditoria Cidadã da Dívida e do Projeto Presidenciais. Exemplos de como a união de vários grupos consolida pautas que são de interesse de toda a sociedade.

Para o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, **Gilberto Pereira**, é possível observar ao longo desses anos uma mudança nos movimentos sociais que envolvem os servidores públicos. “Dos movimentos isolados, cada entidade lutando por algum direito dos seus sindicalizados ou associados, para a união de forças contra acontecimentos sociais mais abrangentes. Esta união - seja por frentes, fóruns e movimentos - é fundamental para que a resposta da categoria seja ouvida, não somente pelos agentes políticos, mas por toda a sociedade, de forma a mostrar quem somos. Não somos inimigos da nação, mas trabalhamos por ela”, argumenta.

O benefício deste esforço conjunto, segundo Pereira, é a convergência de todas as categorias em prol de um objetivo comum, deixando de lado particularidades intrínsecas, e focando em ameaças que atingem a todos os servidores. “O esforço coletivo

tem surtido efeito ao provocar a discussão de temas com mais profundidade e transparência. Se o tema da agenda política atinge o serviço público, e se a mobilização consegue reverter os pontos negativos, toda a sociedade ganha”, avalia.

O vice-presidente de Política Classe e Política Salarial da ANFIP, **José Arinaldo Gonçalves Ferreira**, que coordena as reuniões da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, acredita que o impacto desse trabalho conjunto na formação da agenda política vai além do centro do poder, em Brasília, e se pulveriza nos estados e municípios. “Podemos perceber concretamente essas intervenções nas ações de rua, realizadas tanto no Congresso Nacional quanto nas cidades foco de interesse dos parlamentares, assim como nas ações de mídia, com divulgação em outdoors, frontlights, rádio e televisão”, afirma.

Além da atuação institucional, o vice-presidente alerta que a democracia exige a participação de todos, pessoas físicas, pessoas jurídicas, partidos políticos, governos, sindicatos, associações, confederações, centrais. Os servidores públicos, neste cenário, têm importância especial, pois não se admite a figura do Estado sem a presença deles. Para Ferreira, o serviço público se fortalece com as mobilizações conjuntas.

Os efeitos positivos da união dos servidores também são destacados pelo deputado **Professor Israel** (PV/DF), coordenador da Frente Servir Brasil. Para o parlamentar, a paralisação da PEC 32/20, da Reforma Administrativa, só se deu graças a esse esforço conjunto. “É uma batalha diária. Da parte dos servidores, com mobilizações, e dos parlamentares que compõem as frentes, com negociações. Juntos estamos impedindo enormes retrocessos”, avalia.

De acordo com Professor Israel, a sociedade nem sempre percebe que, por trás de reformas que prejudicam o servidor público, ela é a principal lesada. “A Servir Brasil vem constantemente atuando para alertar a população que ela vai perder a qualidade de serviços essenciais como saúde, educação, segurança pública, que, quando sucateados, acabam impactando a vida dos mais vulneráveis”.

O presidente do Fonacate, **Rudinei Marques**, vai mais além. Para ele, o enfrentamento dos maiores

desafios do serviço público nos últimos 10 anos só foi possível pelo esforço conjunto das entidades de servidores. Cita, como exemplo, a realização, em 2012, da maior greve da história do serviço público federal, que venceu a intenção do governo de congelar salários. Em 2017/18, servidores unidos derrotaram a PEC 287/2016, da Reforma da Previdência. Em 2021, foi a união do funcionalismo que sepultou a PEC 32/20, da Reforma Administrativa, que tentava “implodir as bases do serviço público brasileiro”.

Marques cita ainda a alteração no texto da PEC 6/19, da Reforma da Previdência, impedindo a adoção do modelo de capitalização, que poderia redundar em vastos contingentes de excluídos de cobertura previdenciária. E, recentemente, o trabalho coletivo do funcionalismo que atenuou os efeitos da PEC 23/21 (Emendas Constitucionais 103 e 104/2021), evitando o calote generalizado no pagamento dos precatórios alimentares inscritos para quitação em 2022. “A sociedade tem benefícios diretos e indiretos com esse trabalho coletivo”, conclui.

Eleições - Um dos coletivos que vem ganhando destaque é o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), do qual a ANFIP também faz parte, juntamente com uma rede formada por entidades da sociedade civil, movimentos, organizações sociais e religiosas. O objetivo do grupo é combater a corrupção eleitoral, bem como realizar um trabalho educativo sobre a importância do voto visando sempre a busca por um cenário político e eleitoral mais justo e transparente.

Como resultado das ações do Movimento, foi publicada a primeira lei de iniciativa popular do país, a Lei 9.840/99, que criminalizou a compra e venda de votos. O MCCE também foi responsável pela conhecida Lei da Ficha Limpa (LC 135/10), que impede a candidatura de quem tenha sofrido condenações criminais em âmbito colegiado. Para 2022, a expectativa é fazer circular, antes das eleições, uma cartilha eleitoral para conscientizar os brasileiros sobre a importância do voto e incentivar a participação popular nas eleições.

Presidenciáveis – Em um momento tão importante para o país, entidades representativas dos

fiscos estadual e federal se uniram em torno de um objetivo comum e criaram o Projeto Presidenciáveis. ANFIP, Fenafisco e Sindifisco Nacional pretendem debater com os candidatos à Presidência da República e as suas respectivas assessorias econômicas os rumos da Reforma Tributária necessária para o desenvolvimento do Brasil.

“O objetivo é abrir um diálogo sobre o tema, apresentando novas vertentes para o debate amplo, plural e democrático”, explica o professor doutor do Instituto de Economia da Unicamp **Eduardo Fagnani**, coordenador técnico do grupo. As referências do trabalho são as diretrizes gerais do projeto Reforma Tributária Solidária, desenvolvido, desde 2017, por iniciativa da ANFIP e da Fenafisco, com o apoio de outros parceiros.

Conforme relata Fagnani, a expectativa é que haja maior consenso quanto à necessidade de que a Reforma Tributária deve ser ampla, contemplando a totalidade das suas anomalias, e pensada na perspectiva do desenvolvimento. “Ela deve, simultaneamente, corrigir a injustiça fiscal, preservar o Estado Social e restabelecer o equilíbrio federativo, aproximando o sistema brasileiro, na média, dos sistemas vigentes em nações relativamente menos desiguais”, conta. Para isso, as propostas a serem entregues sinalizam para o deslocamento de uma parcela relevante da carga tributária das fontes de incidência indireta (consumo) para as fontes de incidência direta (altas rendas, riqueza e patrimônio); para a correção das distorções do Imposto de Renda (progressividade efetiva); ampliação da tributação sobre altas rendas e sobre a riqueza, inclusive para financiar a Seguridade Social; e compensação relativa do aumento de arrecadação sobre altas rendas e patrimônio com redução de alíquotas dos tributos incidentes sobre faturamento (consumo).

“A união das carreiras em torno de um projeto comum é fundamental. A luta política é complexa e requer unidade de propósitos. O Brasil vive uma etapa difícil, cuja superação requer esforço comum. A divisão por espaços políticos individuais e corporativos, embora legítima, não favorece a busca de alternativas reais para a superação da crise socioeconômica e humanitária”, conclui Fagnani.

O Sabor amargo Da **Fome**

Pandemia, estagnação econômica, mudanças climáticas, explosão demográfica e crise socioeconômica trazem à tona uma realidade dura para milhões de brasileiros: a falta de recursos para adquirir alimentos



A pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, agravou ainda mais o cenário que já vinha se deteriorando devido às crises política, econômica e social no país. Como uma das consequências, afetou profundamente a saúde pública, trazendo à tona um panorama mundial devastador de insegurança alimentar, quando milhões de pessoas não têm acesso pleno e permanente a alimentos.

No Brasil, a fome e a desnutrição em massa atingiu, em meio à pandemia, mais da metade da população, nos mais variados níveis: leve, moderado e grave, aponta a pesquisa Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), com apoio do Instituto Ibirapitanga e parceria de ActionAid Brasil, Fundação Friedrich Ebert (FES) Brasil e Oxfam Brasil.

Em números absolutos, no período abrangido pela pesquisa, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave). “É um cenário que não deixa dúvidas de que a combinação das crises econômica, política e sanitária provocou uma imensa redução da segurança alimentar em todo o Brasil”, aponta a Rede Penssan.

Os dados também mostram que os domicílios chefiados por mulheres, por pessoas pretas e pardas e por grupos sem escolaridade ou ensino fundamental incompletos também são os mais afetados. As Regiões Norte e Nordeste são as mais atingidas, conforme a pesquisa. Em 2020, o índice de insegurança alimentar esteve acima dos 60% no Norte e dos 70% no Nordeste – enquanto o percentual nacional é de 55,2%. Já a insegurança alimentar grave esteve presente em 18,1% dos lares do Norte e em 13,8% do Nordeste.

O Nordeste apresentou o maior número absoluto de pessoas em situação de insegurança

alimentar grave, quase 7,7 milhões. Já no Norte, que abriga apenas 7,5% dos habitantes do Brasil, viviam 14,9% do total das pessoas com fome no país no período.

“A conhecida condição de pobreza das populações rurais, sejam elas de agricultores familiares, quilombolas, indígenas ou ribeirinhos, tem reflexo importante nas condições de segurança alimentar. Nessas áreas, em todo o país, a fome se mostrou uma realidade em 12% dos domicílios”, revela o movimento.

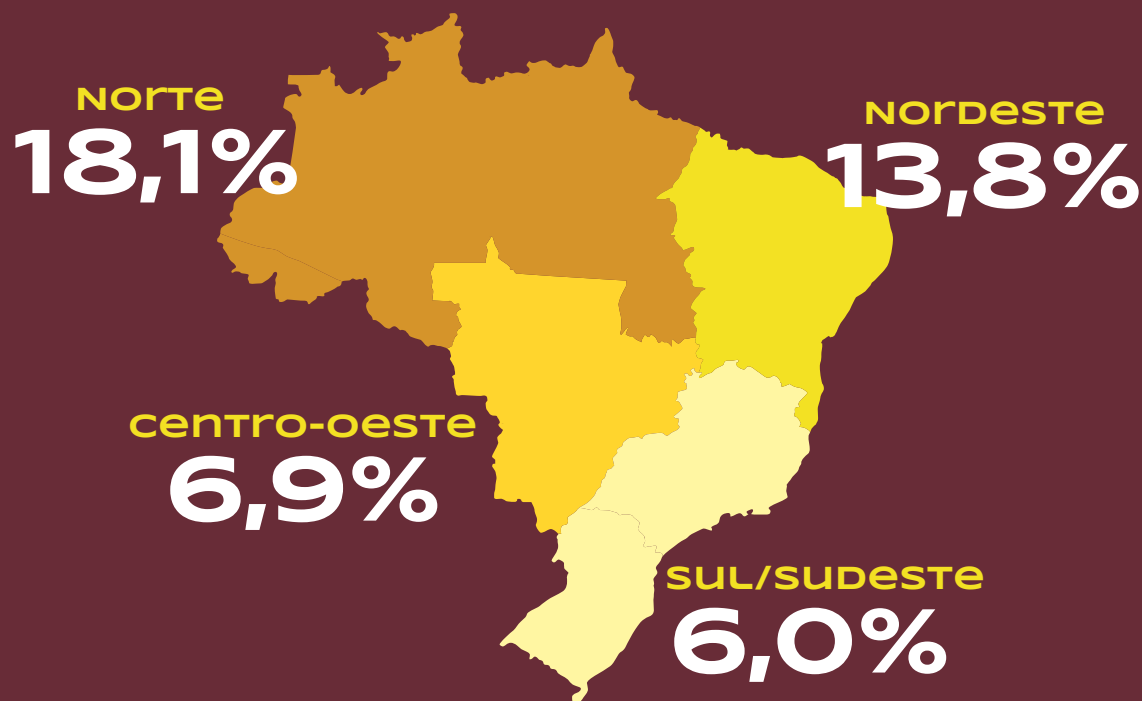
Uma realidade advinda com a pandemia, confirmada pela pesquisa, é o aumento acentuado na proporção da insegurança alimentar leve, que subiu de 20,7% para 34,7%. Isso quer dizer que a redução da renda familiar durante a pandemia impôs cortes em despesas essenciais, entre elas, na alimentação. Famílias que tinham renda estável, que não se encontravam em situação de pobreza, foram empurradas da segurança alimentar para a insegurança alimentar leve. No geral, os resultados apresentados mostram que, em 2020, a fome no Brasil retornou aos patamares próximos à de 2004.

Os números são ainda mais impactantes quando compilados dados mundiais. O relatório O Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição do Mundo 2021, primeira avaliação global em tempos de pandemia, estima que cerca de um décimo da população global, que representa 811 milhões de pessoas, estava subalimentada em 2020.

Consequências da fome – Na tentativa de compensar o preço dos produtos, famílias recorrem a substituições de alimentos ricos em nutrientes e vitaminas, por alimentos mais baratos que, muitas vezes, são ricos em farinhas e açúcares. Conforme levantamento feito por pesquisadores do grupo “Alimento para Justiça”, da Universidade Livre de Berlim, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Brasília (UnB), a falta de alimentos em quantidade ou qualidade necessária traz impactos para a saúde, como enfraquecimento do corpo, prejuízos no desenvolvimento físico e mental e aumento da probabilidade de doenças, isso em todos os níveis de insegurança alimentar.

O mapa geográfico da fome no Brasil

Percentual dos lares em insegurança alimentar grave (fome)



Fonte: www.olheparaafome.com.br

A insegurança alimentar pode ser:

Leve

Acontece em decorrência da falta de disponibilidade de alimentos, devido a problemas como a sazonalidade

Moderada

Quando a variedade e a quantidade de alimentos disponíveis ficam limitadas e prejudicam o consumo sob o ponto de vista nutricional

Grave

Quando não é possível fazer nenhuma refeição durante um dia ou mais

Dados: <https://www.medicina.ufmg.br/radio/2021/04/16/fome-no-brasil-relacao-com-a-saude-e-seus-impactos/>

RECEITA FEDERAL

**registra recorde de
arrecadação em
março de 2022**

▲ 3,690.47

▲ 29,140.36



A arrecadação total das Receitas Federais atingiu, em março de 2022, o valor de R\$ 164 bilhões, registrando acréscimo real (IPCA) de 6,92% em relação a março de 2021.

No período acumulado de janeiro a março de 2022, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 548 bilhões, representando um acréscimo real pelo IPCA de 11,08%.

Quanto às Receitas Administradas pela RFB, o valor arrecadado, em março de 2022, foi de R\$ 158,6 bilhões, representando um acréscimo real (IPCA) de 5,89%, enquanto no primeiro trimestre, a arrecadação alcançou R\$ 519,3 bilhões, registrando acréscimo real (IPCA) de 8,85%.

De acordo com o chefe de Centros de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal do Brasil, **Claudemir Malaquias**, este é o maior valor da série arrecadatória, desde 2000, tanto para o mês, quanto para o trimestre.

DESTAQUES DE MARÇO DE 2022

O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram uma arrecadação de R\$ 34 bilhões, com crescimento real de 24,73%. Esse desempenho é explicado pelo acréscimo de 35,50% na arrecadação da estimativa mensal e de 27,43% na arrecadação da declaração de ajuste anual. Importante observar que houve pagamentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 3 bilhões, por empresas ligadas ao setor de commodities. Malaquias reforça que o desempenho

extraordinário desse segmento fez com que a arrecadação se elevasse a um patamar muito superior ao Produto Interno Bruto (PIB). Isso porque, conforme explica, o PIB considera a economia como um todo e nem todos os setores cresceram na mesma velocidade que o setor de commodities.

RENDIMENTOS DO TRABALHO

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) teve arrecadação de R\$ 16 bilhões, com acréscimo real de 17,99%. Esse resultado pode ser explicado pelos acréscimos reais de 5,80% na arrecadação do item “Rendimentos do Trabalho Assalariado”, de 98,61% na arrecadação do item “Participação nos Lucros ou Resultados – PLR” e de 29,80% na arrecadação do item “Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público”.

A Receita Previdenciária teve arrecadação de R\$ 42,4 bilhões, com acréscimo real de 3,99%. Esse resultado pode ser explicado pelo aumento da massa salarial por meio da criação de novos postos de trabalho e pelo aumento real de 27% na arrecadação do Simples Nacional em relação a março de 2021. Além disso, houve crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em razão da Lei 13.670/18.

ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS - PERÍODO: FEVEREIRO E MARÇO DE 2022 E MARÇO DE 2021
(A PREÇOS CORRENTES)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	2022		2021	VARIAÇÃO (%)	
	MARÇO	FEVEREIRO	MARÇO	MAR/22 FEV/22	MAR/22 MAR/21
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	5.170	4.571	6.100	13,11	(15,24)
I.PI-TOTAL	5.564	5.621	6.399	(1,00)	(13,04)
I.PI-FUMO	468	483	443	(2,96)	5,83
I.PI-BEBIDAS	242	188	213	29,12	13,50
I.PI-AUTOMÓVEIS	191	186	191	2,46	(0,01)
I.PI-VINCULADO À IMPORTAÇÃO	2.011	2.311	2.998	(12,97)	(32,93)
I.PI-OUTROS	2.652	2.454	2.554	8,09	3,85
IMPOSTO SOBRE A RENDA-TOTAL	51.108	41.350	38.911	23,60	31,35
I.RENDA-PESSOA FÍSICA	2.813	2.731	2.853	3,00	(1,38)
I.RENDA-PESSOA JURÍDICA	22.829	17.313	16.514	31,86	38,24
ENTIDADES FINANCEIRAS	2.001	1.451	1.737	37,85	15,16
DEMAIS EMPRESAS	20.828	15.862	14.777	31,31	40,95
I.RENDA-RETIDO NA FONTE	25.466	21.305	19.544	19,53	30,30
I.R.R.F-RENDIMENTOS DO TRABALHO	16.059	11.900	12.229	34,95	31,32
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE CAPITAL	4.667	5.014	3.058	(6,92)	52,61
I.R.R.F-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	3.650	3.249	3.136	12,32	16,38
I.R.R.F-OUTROS RENDIMENTOS	1.091	1.142	1.122	(4,45)	(2,73)
IOF - I. S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4.128	4.539	3.354	(9,07)	23,07
ITR - I. TERRITORIAL RURAL	42	39	36	7,99	15,56
COFINS - CONTRIB. P/ A SEGURIDADE SOCIAL	25.832	25.017	23.100	3,26	11,83
ENTIDADES FINANCEIRAS	2.061	2.265	1.344	(9,01)	53,28
DEMAIS EMPRESAS	23.771	22.752	21.755	4,48	9,27
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	7.268	6.986	6.388	4,04	13,77
ENTIDADES FINANCEIRAS	340	347	218	(1,91)	55,79
DEMAIS EMPRESAS	6.928	6.639	6.170	4,36	12,29
CSLL - CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	11.329	8.733	8.090	29,73	40,04
ENTIDADES FINANCEIRAS	1.541	971	1.288	58,62	19,62
DEMAIS EMPRESAS	9.788	7.762	6.802	26,11	43,91
CIDE-COMBUSTÍVEIS	217	189	186	14,74	16,41
PSS - CONTRIB. DO PLANO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR	3.023	3.023	3.101	(0,02)	(2,53)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	2.551	2.192	2.304	16,34	10,71
SUBTOTAL [A]	116.232	102.259	97.970	13,66	18,64
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	42.417	41.023	36.647	3,40	15,74
ADMINISTRADAS PELA RFB [C]=[A]+[B]	158.650	143.282	134.617	10,73	17,85
ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS [D]	5.497	5.382	3.314	2,14	65,86
TOTAL GERAL [E]=[C]+[D]	164.147	148.664	137.932	10,41	19,01

Fonte: Centro de Estudos Tributário e Aduaneiros da Secretaria da Receita Federal do Brasil

A Reforma Tributária



O ano de 2022, marcado por uma corrida eleitoral, já sinalizava que a Reforma Tributária não chegaria muito longe. Depois de duas tentativas de votação na Comissão de Constituição e Justiça terem sido em vão, a reforma agora dorme em berço esplêndido.

A estratégia da Reforma Tributária proposta pelo Poder Executivo foi dividi-la em quatro etapas. A primeira modificaria PIS, Pasep e Cofins; a segunda, IPI; a terceira, os impostos sobre a renda (IRPF e IRPJ); a quarta, os tributos incidentes sobre trabalho e remunerações, buscando a desoneração da folha de salários.

Até o presente momento, o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional dois projetos de lei: o PL 3.887/2020 e o PL 2.337/2021. Por sua vez, o Congresso Nacional apresentou duas emendas constitucionais: a PEC 45/2019 e a PEC 110/2019, as duas propostas pretendem alterar o sistema tributário nacional e dar outras providências, uma pela Câmara dos Deputados e a outra pelo Senado Federal.

O PL 3.887/2020, referente à primeira etapa, propõe substituir PIS/Pasep e Cofins pela Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). A CBS é baseada nos modernos modelos internacionais de Imposto de Valor Agregado (IVA) de tributação uniforme do consumo.

Segundo o governo, o objetivo central da proposta é acabar com a cumulatividade da contribuição, assim, a cobrança seria apenas sobre o valor adicionado pela empresa, sobre a margem, o que representa menos custo para as empresas, proporcionando mais recursos para investir e crescer.

Já o PL 2.337/2021, enviada ao Congresso em junho de 2021, traz avanços na tributação sobre a renda de famílias e empresas. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para o Senado Federal. Na Casa revisora, o projeto aguarda o recebimento de emendas. Os principais pontos do PL são a tributação dos dividendos e a redução na alíquota do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A PEC 45/2019, em tramitação na Câmara dos Deputados, foi apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) em abril de 2019. Este projeto tem como premissa alterar o sistema tributário sobre bens e serviços, na tentativa de simplificar o sistema de impostos brasileiro, sem impactar a autonomia dos entes federativos.

OS PRINCIPAIS PONTOS SÃO:

- Extinção dos tributos: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS);
- Criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), nos moldes de um imposto sobre valor agregado, no lugar dos tributos extintos. Além dele, também seria criado o Imposto Seletivo;
- Repartição da receita do IBS, criado para facilitar a vida do contribuinte – que pagaria o imposto com apenas uma alíquota, entre o poder federal, estadual e municipal;
- Gestão unificada do IBS por um comitê nacional, com representantes de cada ente, com a principal tarefa de fazer a distribuição da receita;
- Devolução tributária para as famílias mais pobres, em que o imposto pago seria devolvido através de um mecanismo de transferência de renda;
- Transição entre os modelos: da substituição dos tributos atuais para o IBS (10 anos) e para a repartição das receitas entre União, Estados e Municípios (50 anos).

A Mesa Diretora encaminhou a PEC 45/2019 para votação do plenário em 4 de maio de 2021, mas ainda não foi pautada para votação.

No Senado Federal tramita a PEC 110/2019, apresentada pelo relator Roberto Rocha (PSDB-MA). A proposta é mais abrangente que a PEC 45/2019. Conforme o texto, seriam criados dois IBS, um federal e outro estadual e municipal, neste a competência seria conjunta. O IBS tem as características de um IVA, fazendo a fusão de tributos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Os tributos da União que serão incorporados pelo IBS são: o Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI); a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), inclusive a Cofins-Importação; as contribuições para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep); o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); e o salário-educação.

Dos Estados e do Distrito Federal se juntarão ao IBS o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O Distrito Federal e os Municípios, que têm competência para cobrar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), agregaram também este imposto ao IBS. Na proposta ainda há a criação do Imposto Seletivo (IS), incidente sobre energia, telecomunicações, veículos e derivados do petróleo e do tabaco.

Uma das inovações da PEC 110/2019 é o uso da tecnologia na cobrança e arrecadação, uma vez que a evolução digital do sistema bancário brasileiro possibilita, hoje, um controle sobre as transações comerciais com pagamento via conta corrente.

Segundo o parecer do relator da proposta, o Imposto de Renda irá incorporar a CSLL. Uma grande mudança proposta é a transferência do produto da arrecadação do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que passará a incidir sobre embarcações e aviões, e o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para os Municípios. Estes dois impostos são de competência dos Estados atualmente.

As duas propostas do Congresso Nacional têm como promessa simplificar o sistema tributário nacional, uma vez que o relatório *Doing Business 2020*, apontou que cada contribuinte no Brasil leva 1.501 horas por ano para apurar impostos; só o ICMS toma 885 horas anuais. O documento também apontou que o Brasil ocupa a 124ª posição, entre 190 países, na oferta de ambiente de negócios favoráveis ao empreendedorismo. A pior classificação fica por conta do quesito “burocracia do sistema tributário”.

A Reforma Tributária, encabeçada pela PEC 110/2019, na qual concentra o maior foco, chegou no seu ponto máximo. Depois de duas tentativas de votação na CCJ, esta proposta de emenda constitucional não tem chances de avançar mais no ano de 2022, um ano eleitoral em que temas complexos, por tradição, não chegam ao plenário para votação.

Todos estes trabalhos vêm sendo acompanhados pelas entidades que representam os Auditores Fiscais nas esferas federal, estadual, distrital e municipal. Desta união, foi criado o grupo denominado Pacto de Brasília. Participam do colegiado os representantes da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco); da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal (Febrafisco); da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim); do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional); do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita); da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

O principal objetivo é fazer constar na Constituição um artigo que garanta a autonomia da Administração Tributária frente aos grandes desafios que as Fazendas Públicas vêm enfrentando, com a falta de recursos humanos e tecnológicos para combater a sonegação e a evasão fiscal.

A expectativa, agora, é que passadas as eleições, e logo nos primeiros meses do novo governo, e com um Congresso renovado apoiando o governante, a Reforma Tributária ganhe fôlego e seja votada, dando fim a um discurso de décadas no Congresso Nacional.

A Reforma Tributária, encabeçada pela PEC 110/2019, na qual concentra o maior foco, chegou no seu ponto máximo. Depois de duas tentativas de votação na CCJ, esta proposta de emenda constitucional não tem chances de avançar mais no ano de 2022, um ano eleitoral em que temas complexos, por tradição, não chegam ao plenário para votação.



Gilberto Pereira

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP.

Serve ao público
o servidor concursado.
Serve ao político
o servidor indicado.

#PEC32NAO



ANFIP

Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

SECRETARIA ANFIP

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

SETOR JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800-932-0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800.606.7272
Geap: 0800.728.8300

SETOR DE CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA ANFIP

E-mail: presidencia@anfip.org.br



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL



I PRÊMIO ANFIP DE AÇÕES *Inovadoras*



Colabore com ideias, propostas
e ferramentas para o
aperfeiçoamento e a valorização
do trabalho da Auditoria Fiscal

INSCRIÇÕES:

DE 16/05 A 31/08

Concorra a prêmios!

1º colocado:

R\$ 15 mil

2º colocado:

R\$ 10 mil

3º colocado:

R\$ 5 mil

Regulamento e inscrições: premioacoesinovadoras.anfip.org.br/



ANFIP

Associação Nacional dos Auditores
Fiscais da Receita Federal do Brasil